Revista Brasileira de Educação em Geografia
www.revistaedugeo.com.br
ISSN 2236-3904

IMPLANTAÇÃO DA BNCC NO ENSINO FUNDAMENTAL DE GEOGRAFIA: desafios e perspectivas na percepção dos gestores e professores da Rede Estadual em Aquidauana/MS

Gerusa de Figueiredo Leite Silva
l.gerusa@yahoo.com.br

Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Professora da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3973-0740

Eva Teixeira dos Santos
eva.teixeira@ufms.br

Professora Doutora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Campus de Aquidauana – UFMS.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3571-6522

RESUMO

Desde a Constituição Federal de 1988, reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) já era mencionada para ser implantada no Brasil, cuja versão final foi homologada em 2017. Neste contexto, o presente estudo trata da análise da implementação da BNCC e do Currículo Referência de Mato Grosso Sul nos anos finais do Ensino Fundamental, na área de Geografia, a partir da percepção dos professores e gestores das escolas estaduais de Aquidauana/MS. Para tanto, foram realizados levantamento bibliográfico e aplicação de um questionário disponibilizado de forma *on-line* aos professores e gestores escolares. Como resultados, pode-se destacar a cansativa rotina dos profissionais, o pouco tempo para o estudo da BNCC e do Currículo. Outro problema identificado foi o aparecimento e a expansão da pandemia da Covid-19 que acabou interferindo no processo de ensino-aprendizagem e na rotina escolar, devido às dificuldades de acesso ou falta de recurso para a realização das atividades no ensino remoto emergencial. Assim, infere-se que a aplicação das propostas trazidas pela BNCC e do novo Currículo levarão tempo e trabalho árduo por toda a equipe escolar e necessitarão de um suporte estrutural e humano para que se alcancem as metas pretendidas.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino de Geografia, Currículo referência, Interdisciplinaridade, Pandemia, Base Nacional.

IMPLEMENTATION OF BNCC (COMMON NATIONAL CURRICULUM BASE) IN THE ELEMENTARY SCHOOL: challenges and perspectives from the perception on teachers and directors of the public schools' State System in Aquidauana/Brazil

ABSTRACT

Since the Federal Constitution of 1988, reinforced by the Law of Guidelines and Basis (LDB, in portuguese) in 1996, the Common National Curriculum Base (BNCC) was already mentioned to be implemented in Brazil and was approved in 2017. In this connection, this study deals with the analysis of the implementation of the BNCC and the Reference Curriculum of Mato Grosso Sul in the final years of elementary school, in the area of Geography, from the perception of teachers and Principals of Public State schools in Aquidauana/MS. Therefore, it was carried out a bibliographical research and application of a questionnaire, which was made available online to teachers and school managers. As a result, it is worth to highlight the tiring routine of professionals, the short time for studying the BNCC and the Curriculum. Another problem identified was the appearance and expansion of the Covid-19 pandemic, which ended up interfering in the teaching-learning process and in the school routine, because of the difficulties in accessing or lack of resources to carry out activities in emergency remote education. Accordingly, it is inferred that the application of the proposals brought by the BNCC and the new Curriculum will take time and hard work by the entire school team and will need structural and human support to reach the intended goals.

KEYWORDS

Geography Teaching, Reference Curriculum, Interdisciplinarity, Pandemic, National Base.

Introdução

Considerando a homologação da versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, o estado de Mato Grosso do Sul, juntamente com os municípios estabeleceram parceria a fim de garantir as especificidades locais na reestruturação de seus Currículos, firmando um Termo de Intenção de Colaboração para a Construção de um Currículo de Referência, que foi aprovado no final do ano de 2018 e publicado em 2019.

Desta forma, em 28 de agosto de 2017, por meio da Resolução "P" SED n. 2.766, constituiu-se a Comissão Estadual para a Implementação da Base Nacional Comum Curricular, sob a presidência da Secretaria de Estado de Educação – SED/MS, com representantes do Conselho Estadual de Educação – CEE/MS, Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul – FETEMS, Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul – SINEPE/MS, União dos

Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME/MS e União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME/MS (MATO GROSSO DO SUL, 2019).

A partir daí, foram criadas Comissões Regionais, mobilizadas pelas doze Coordenadorias Regionais de Educação da SED/MS, compostas por seus respectivos representantes e da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, dos Sindicatos Municipais dos Trabalhadores em Educação e das Secretarias Municipais de Educação. Além disso, a estrutura contou com Articuladores de todas as escolas públicas e dos Conselhos Municipais de Educação. A principal função das Comissões Regionais e dos Articuladores foi fomentar a participação no processo de elaboração do currículo sul-mato-grossense, a partir de diálogos com equipes técnicas, equipes gestoras, professores, pais e estudantes (MATO GROSSO DO SUL, 2019).

Foram apresentadas quatro versões do currículo, sendo que primeira foi preparada por redatores, especialistas de cada área do conhecimento, e lançada em um Seminário para todos os representantes das Comissões Estadual e Regionais, bem como à sociedade por meio de Consulta Pública. As contribuições da sociedade foram analisadas e incorporadas ao documento, gerando uma segunda versão que foi enviada novamente a todas as escolas do território sul-mato-grossense para análise e novas alterações. A terceira versão do currículo foi encaminhada aos Leitores Críticos e apresentada em doze Seminários Regionais organizados de acordo com as Comissões Regionais em 12 polos. A quarta versão foi apresentada no Seminário Estadual, destinado a todos aqueles que participaram dos Seminários Regionais, para uma nova análise e ajustes necessários. Finalmente, após esse evento, o documento foi enviado aos Conselhos Municipais e Estadual de Educação, os quais acompanharam todo o processo, para a devida validação, sendo lançado no dia 30 de novembro de 2018. Desta feita, o Conselho Estadual de Educação publicou, em 06 de dezembro de 2018, o Parecer Orientativo CEE/MS n. 351/2018, o qual regulamenta o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul para o Sistema Estadual de Ensino nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (MATO GROSSO DO SUL, 2019).

Deve-se ter em mente que essa proposta, em um primeiro momento, traz consigo mudanças no ambiente escolar, sendo destacado, neste estudo, o papel da escola perante as reformulações do Currículo Referência de Mato Grosso do Sul, neste caso com destaque para o componente curricular de Geografia.

É sabido que os conhecimentos produzidos nas escolas impactam o desenvolvimento de um país, correlacionando-se com as avaliações externas e internacionais que indicam os caminhos que a educação deve seguir e, nesse caso, pode

ser citado como exemplo o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A proposta trazida pela BNCC é desafiadora, pois propõe a garantia de atendimento não somente de conhecimentos, inserindo agora os processos socioemocionais. Dessa forma, a educação está sustentando a ideia pensada no comportamento, na conduta e nos princípios da formação do aluno. Nesse momento, cabe refletir: Como o professor deverá nivelar sua formação profissional e acadêmica com a nova proposta trazida pela BNCC? As formações continuadas atenderam os professores com êxito?

Em seu primeiro ano de aplicação (2019), a BNCC trouxe para as discussões os principais sujeitos envolvidos diretamente na sua execução. Assim, professores e gestão escolar possuem papel fundamental para transformar teoria em prática. A ratificação do desafio que a educação brasileira tem com a construção da BNCC segue uma sucessão de adaptações e reconstruções de documentos que necessitam ser modificados para o atendimento ao aluno.

Entre outros questionamentos, tem-se: Quais as dificuldades que professores e gestores escolares estão enfrentando para transformar as alterações em práticas vivenciadas pelos alunos?

Hoje o desenvolvimento integral do aluno deve se articular com propostas curriculares que possibilitem esse novo contexto atual, formando um aluno por completo, desenvolvendo questões intelectuais, físicas, emocionais e culturais, constituindo um propósito coletivo e pessoal.

Considerando todas as mudanças propostas para a educação, o trabalho apresentou as seguintes questões norteadoras: Como se deu o processo de implantação da BNCC do Ensino Fundamental séries finais, especificamente no componente curricular de Geografia? Como foram incorporadas tais propostas ao Currículo Referência da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, bem como sua aplicação ao ensino de Geografia em Aquidauana/MS? Como os gestores e os professores estão reagindo às mudanças ocorridas nos documentos analisados?

Neste contexto, o trabalho buscou analisar a percepção dos professores e gestores sobre o processo de implementação da BNCC e o novo Currículo Referência da disciplina de Geografia nos anos finais do ensino fundamental da rede estadual no Município de Aquidauana/MS. Com isso, identificar os entraves enfrentados pelos profissionais da educação que dificultam a implantação da BNCC nas escolas pesquisadas.

Metodologia

A pesquisa foi realizada em escolas estaduais localizadas na área urbana de Aquidauana/MS (Figura 1) ofertantes dos anos finais do ensino fundamental. As sete escolas estaduais apresentam estruturas semelhantes do Projeto Político Pedagógico, no qual apontam como missão/visão/valores o interesse à preparação do aluno e a função social da escola, proporcionando conhecimento, cidadania e capacitando para o "mundo do trabalho", que é uma das unidades temáticas apresentadas na BNCC e que devem ser desenvolvidas no ensino fundamental.

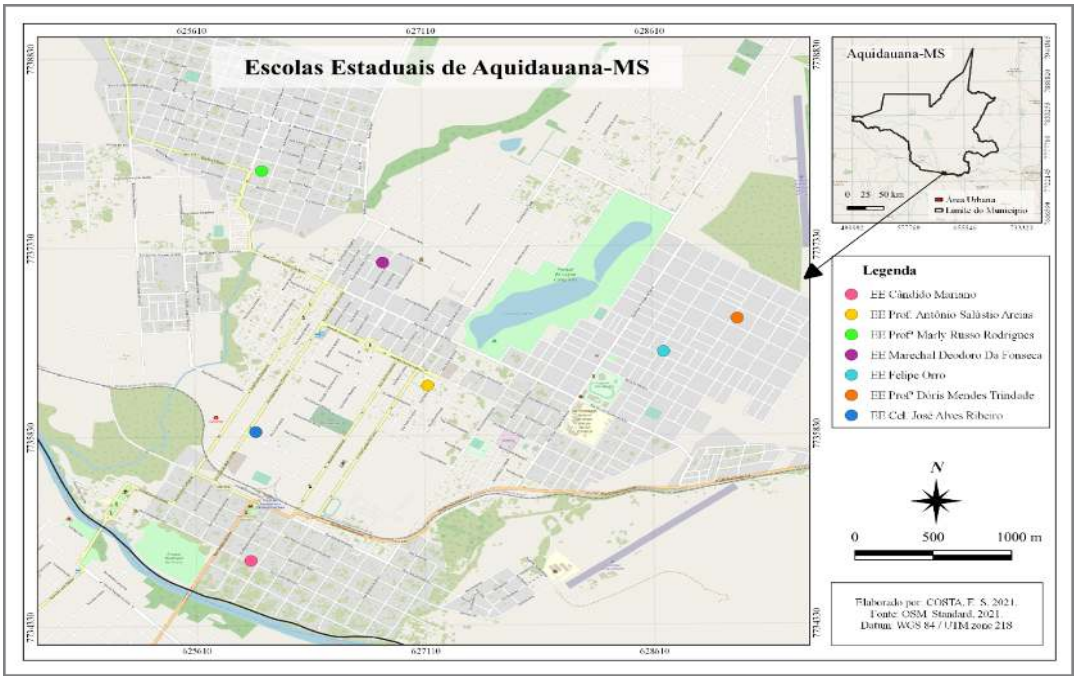


Figura 1: Localização das escolas estaduais da área urbana de Aquidauana/MS
Org.: Autoras, 2021.

O estudo foi iniciado em 2019 e se estendeu durante o ano de 2020 e início de 2021, utilizando pesquisa bibliográfica, documental e exploratório-descritiva.

Foram aplicados dois questionários desenvolvidos pela autora a partir da ferramenta *Google Forms* para obter informações pertinentes ao tema de estudo.

O primeiro questionário, composto por nove perguntas, teve o objetivo de buscar informações das formas de direcionamento para as capacitações da BNCC e do novo Currículo na opinião dos gestores (diretores e coordenadores pedagógicos) das escolas estaduais de Aquidauana/MS; já o segundo, com cinco questões, foi destinado aos

professores do componente curricular de Geografia, atuantes nas escolas estaduais. Os questionários foram aplicados entre os meses de setembro e outubro de 2020 e início de 2021. No questionário, haviam perguntas relacionadas à BNCC e ao novo Currículo, suas alterações, aos desafios e problemas na implantação no ano de 2020 e à pandemia como fator determinante para colocação em prática de variadas ações ao atendimento do aluno.

A abordagem metodológica adotada foi quanti-qualitativa, uma vez que procurou evidenciar os dados quantitativos e as narrativas dos participantes, formalizando pontos em comum nas experiências de cada profissional, seja ele professor na área de Geografia ou gestor.

Ressalta-se que o atraso ao processo de coleta e análise das informações referente sofreu diversas alterações devido aos problemas relacionados ao aparecimento da Covid-19, sendo perceptível no quantitativo de devolução pelos participantes.

Nas escolas participantes da pesquisa, foram contatados 34 gestores escolares que atuam nas escolas estaduais da cidade de Aquidauana/MS. Desse total, 16 gestores (a direção, direção adjunta, coordenadores pedagógicos, coordenadores por área de conhecimento, coordenadores de cursos técnicos e coordenadores da EJA) responderam ao questionário. Quanto aos professores do componente curricular de geografia, houve a participação dos oito que estavam lotados nas escolas estaduais.

Recorte teórico

Os desafios diários enfrentados dentro das instituições de ensino, vão muito além da passagem de conhecimento, e em tese a sociedade não sabe ou não quer enxergar a profundidade das adversidades de diferentes aspectos encontrados nas escolas públicas brasileiras. Desde fome, violência, dissoluções das famílias, entre tantos outros que são refletidos no desempenho escolar.

Neste contexto, Vianna, (2006) resume de forma simples,

> Nada mais verdadeiro do que afirmar que o processo educacional tem um significado imprescindível para o desenvolvimento do ser humano, tanto no passado, como no mundo atual. A educação traz ao homem avanços significativos, no sentido da garantia de um futuro melhor para todos (VIANNA, 2006, p.129).

Os dilemas sobre objetivos e formas de funcionamento da escola são reincidentes na história da educação, no mínimo, devido ao fato de as práticas educativas em uma

sociedade estarem vinculadas a interesses de grupos e às relações de poder em âmbitos internacional e nacional (LIBÂNEO, 2016).

Isto é, um olhar para as construções que estão ocorrendo hoje no processo estrutural da educação brasileira deve ser compreendido a partir da própria história da educação no Brasil. É relevante apresentarmos aqui nesse texto fatos importantes que culminaram para a construção da BNCC e das alterações que vieram a partir da sua aplicação nas escolas públicas e privadas em todo o território nacional.

E, aqui, em especial, relacionada com o tema proposto a constituição Federal de 1988 em seu Art. 205 traz "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988).

Há de se pensar em uma educação de qualidade, que consiga suprir todas as necessidades básicas do aluno, visando as relações estabelecidas desse aluno com diferentes conexões de atendimento, desde estrutura física, profissionais especializados e metodologias adequadas pretendendo um atendimento completo.

Sobre outra perspectiva, o sistema educacional instrui não somente nas questões cognitivas, mas no direcionamento de um preparo para o mercado de trabalho, associada e objetivando uma formação que o capacite para as relações econômicas, sociais e culturais priorizando o progresso do país.

É nesse ponto, que ao ser instituído uma lei que relacione a educação ao encargo do desenvolvimento econômico, constata-se a participação e exigências de diferentes setores da sociedade.

> Na visão da OCDE, a educação possui um papel central como resposta às demandas da reestruturação do capitalismo emergente, sobretudo, a partir do neoliberalismo nos anos 1980-1990, mas também aos impactos sociais dela recorrentes. Propõe-se, portanto, a enfatizar a necessidade da preparação do indivíduo a uma economia que requer uma formação profissional habilitada para os desafios, inclusive da flexibilidade do emprego (DAROS JR, 2013, p.14).

A partir da lei que tem firmado o direito de uma educação, é conveniente citar o Art. 210 da Constituição Federal, pois é nesse ponto que se apresenta relevante a construção da BNCC em que o texto proposto aqui discute. Onde, "serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais" (BRASIL,1988).

O ponto inicial que elucida os caminhos traçados para a construção da BNCC está presente nas páginas 10, 11 e 12 do seu documento final. Seus embasamentos legais referendados buscam primeiramente a apresentação da Constituição Federal de 1988, especificamente seus Arts. 205 e 210, já citados anteriormente, e marcam os primeiros argumentos utilizados para defender sua elaboração, mostrando que a educação é um direito adquirido por lei e destinado a todo cidadão e que a formulação de um currículo mínimo já estava prevista. Nesse sentido, quando nos referimos à hoje intitulada Base Nacional Comum Curricular, não é algo novo, recente, pois sua preparação foi sendo construída a contar com a trajetória que se instaurou no sistema de ensino brasileiro até os dias de hoje.

Outro embasamento legal citado pelo documento se refere à LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Art. 9, inciso IV, que menciona a participação de estados, Distrito Federal e municípios, juntamente com a União, em colaboração para estipular competências e diretrizes norteadoras dos currículos, assegurando formação básica comum (BRASIL, 1996). Assim:

> Em nossa história recente de organização da educação, identificamos propostas que se assemelham ao que hoje se denomina de Base Nacional Comum. Por exemplo, na década de 1980, surgiram os "Guias Curriculares", nos anos 90, os "Parâmetros Curriculares". Neste percurso histórico, as "Diretrizes Curriculares Nacionais" constituíram-se em efetivo avanço na agenda educacional ao delinear as concepções político-pedagógicas para todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em atendimento ao previsto na atual LDB, contribuindo, efetivamente, para a implantação da nova estrutura de educação então instituída. (AGUIAR, 2018, p. 15)

Neste contexto, se faz necessário um paralelo comparativo com a própria BNCC, uma vez que sua construção se desenrolou com discussões e contradições antes da sua versão final ser homologada, conforme aponta Aguiar (2018),

> Faz-se também necessário dizer que esta posição das três conselheiras se contrapondo à terceira versão da BNCC, apresentada pela equipe dirigente do MEC, sem discussão com a sociedade, é respaldada pelas principais organizações científicas do campo educacional e das entidades sindicais dos trabalhadores da educação básica. O Parecer apresentado pelas referidas conselheiras traz um histórico do debate acerca da BNCC, analisa aspectos da metodologia de elaboração assumida pelo MEC para a construção da BNCC e discute a posição do CNE neste processo. Por fim, foi apresentado voto contrário à aprovação intempestiva do Parecer, seu Projeto de Resolução e anexos, considerando a sua incompletude e limitações e, portanto, a necessidade de ampliar o diálogo democrático para assegurar a qualidade da Educação Básica no país (AGUIAR, 2018, p.8-9).

Para os especialistas em Educação, estudiosos da área e professores atuantes hoje, em inúmeras salas de aula por todo país estão manifestando com frequência suas

opiniões sobre a proposta final apresentada do documento intitulado Base Nacional Comum Curricular.

O manifesto se resume em entender as alterações das versões apresentadas, mesmo sabendo que ajustes seriam realizados, mas algumas mudanças podem ser interpretadas de formas diferentes e intencionando a um atendimento priorizando pontos particulares de instituições ou grupos de organizações que hoje se sentem participantes da esfera educacional do país.

> Assim, diferentes países estão reformando seus sistemas educacionais, tornando-os alinhados ao mercado. As parcerias entre o público e o privado, com corporações nacionais e transnacionais, são baseadas na suposição de que o Estado não é capaz de resolver sozinho os problemas atuais. Parcerias com o setor privado são vistas como pragmáticas orientadas para soluções flexíveis, eficientes e não burocráticas" (PIRES, COMERLATO, CAETANO, 2019, p. 52).

Dessa forma, é urgente entender como está disposta a geografia nesse documento que traz as aprendizagens essenciais aos alunos, identificando de forma breve o seu papel, nesse novo modelo de atendimento ao aluno buscando identificar pontos das alterações e como está prevista o estudo da geografia. Uma vez, que a BNCC na área de conhecimento intitulada Ciências Humanas, apresenta o componente curricular de Geografia com sua relação marcada pela contextualização das noções de tempo e espaço.

> A abordagem das relações espaciais e o consequente desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal no ensino de Ciências Humanas devem favorecer a compreensão, pelos alunos, dos tempos sociais e da natureza e de suas relações com os espaços. A exploração das noções de espaço e tempo deve se dar por meio de diferentes linguagens, de forma a permitir que os alunos se tornem produtores e leitores de mapas dos mais variados lugares vividos, concebidos e percebidos (BRASIL, 2017, p. 353).

Quanto a Geografia propriamente dita, a BNCC apresenta a Geografia como:

> [...] uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta. Ao mesmo tempo, a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças. Para fazer a leitura do mundo em que vivem, com base nas aprendizagens em Geografia, os alunos precisam ser estimulados a pensar espacialmente, desenvolvendo o raciocínio geográfico (BRASIL, 2017, p.359).

O componente curricular de Geografia se guia em sua versão final da BNCC incorporando o "pensamento geográfico" apontando como componente principal o raciocínio geográfico.

Dessa forma, para Mustafé (2019),

> A Geografia apresentada na BNCC do Ensino Fundamental trabalha em uma perspectiva que enfatiza a importância do pensamento espacial para a formação do aluno nesta etapa da escolarização. Para tanto, o documento traz uma concepção de raciocínio geográfico como instrumento necessário para levar os alunos a pensarem espacialmente (MUSTAFÉ, 2019, p.24).

Portanto, pode-se abrir uma relação entre o que a BNCC traz e a educação geográfica. De acordo com Callai (2011, p.2),

> Este é um conceito que diz respeito a algo mais que simplesmente ensinar e aprender geografia. Significa que o sujeito pode construir as bases de sua inserção no mundo em que vive e compreender a dinâmica do mesmo através do entendimento da sua espacialidade. Consequentemente, a "Educação geográfica significa, então, transpor a linha de simplesmente obter informações para realização de aprendizagens significativas envolvendo/utilizando os instrumentos para fazer a análise geográfica. Considera-se, portanto que entender a sociedade a partir da espacialização dos seus fenômenos pode ser uma contribuição para a construção da cidadania (CALLAI, 2011, p. 2).

De acordo com Cavalcanti (1999), não se pode esquecer que a o ensino de Geografia presta-se ao desenvolvimento do raciocínio geográfico, a construção de conhecimentos e tornem-se cidadão conscientes do meio em que vivem. Nesta perspectiva e,

> Admitindo-se que o objetivo mais geral do ensino de Geografia é o de desenvolver o pensamento autônomo dos alunos do ponto de vista do raciocínio geográfico, tem-se considerado importante organizar os conteúdos de ensino com base em conceitos básicos e relevantes, necessários à apreensão do espaço geográfico. A ideia é a de que se deve encaminhar o trabalho com os conteúdos geográficos e com a construção de conhecimentos para que os cidadãos tenham uma consciência da espacialidade das coisas, nas coisas, nos fenômenos que eles vivenciam mais diretamente ou que eles vivenciam enquanto humanidade (CAVALCANTI, 1999, p.132).

O raciocínio geográfico direciona os princípios geográficos sendo eles apresentados como a analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem. Essa organização é relacionada ao entendimento e da relação dos conceitos geográficos com compreender o mundo a sua volta, em diferentes contextos e escalas, assim como a capacidade de conectar os saberes para aplicação na prática.

Resultados e discussão

Neste item, serão apresentados os resultados da pesquisa, bem como uma breve discussão, considerando as reflexões sobre a BNCC e o Currículo Referência de Mato Grosso do Sul, componente curricular de Geografia, e as percepções dos profissionais sobre o assunto.

Nota-se, no Quadro 01, similaridades entre as competências apresentadas na BNCC de Geografia e no Currículo de Geografia de Mato Grosso do Sul.

Competências Gerais da BNCC	Competências Específicas de Ciências Humanas – BNCC	Competências Específicas de Geografia – Currículo Referencial MS
1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.	2. Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico-informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo.	1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.	3. Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social.	5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.

6. Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.	7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

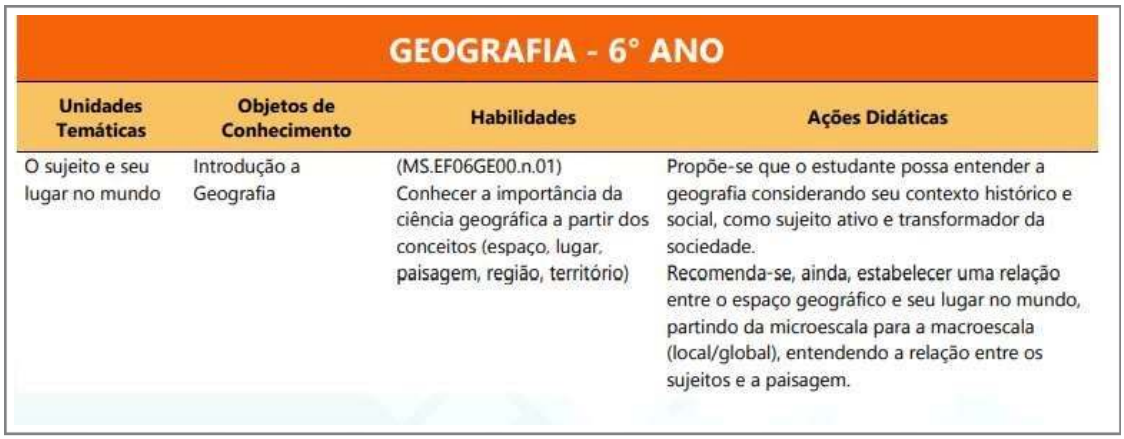
Quadro 01: Comparativo entre as competências da BNCC x Currículo de MS
Fonte: BRASIL (2017); MATO GROSSO DO SUL (2019). Org.: Autoras, 2021.

Observa-se no Quadro 01, que as competências específicas da disciplina de Geografia não sofrem alteração da BNCC para o referencial curricular, cumprindo na íntegra todas as sete competências específicas previstas. A BNCC apresenta, em sua competência 1, a valorização do conhecimento sobre diferentes pontos, compreendendo a realidade em que se está inserido cada ser; as competências específicas das Ciências Humanas, 2 e 3, procuram, por meio desses conhecimentos adquiridos, que o aluno compreenda as relações construídas no tempo e no espaço e participe das dinâmicas da atualidade; e as competências específicas da disciplina de Geografia, 1 e 5, propõem utilizar o conhecimento da Geografia para compreender a realidade em diferentes contextos, trazendo ao aluno a possibilidade de por diferentes processos, ser atuante, buscando investigar para compreender as ligações no mundo natural, social, econômico, político e tecnológico, utilizando, assim, seus conhecimentos geográficos.

A segunda linha do Quadro 01 expõe a competência 7 da BNCC, das Ciências Humanas, a número 6 específica da Base e, na sequência, a 7ª competência específica do componente curricular de Geografia, que retrata, de forma geral, a atribuição da argumentação, firmada no conhecimento de causa, baseando posicionamentos em estudo, aprendizado e prática, respeitando colocações diferentes das suas construídas em um espaço contínuo de troca de saberes. Percebe-se que, "para fazer a leitura do mundo em que vivem, com base nas aprendizagens em Geografia, os alunos precisam ser estimulados a pensar espacialmente, desenvolvendo o raciocínio geográfico" (BRASIL, 2017, p. 359).

O Currículo Referencial do Mato Grosso do Sul exemplificado aqui, apresenta-se, no 6º ano do Ensino Fundamental, identificado com a mesma unidade temática e objeto

de conhecimento, mas agora apresenta as habilidades necessárias e sugestões de ações didáticas para desenvolvê-las e acrescenta, como objeto de conhecimento, uma "Introdução à Geografia", apresentando os conceitos geográficos de forma inicial (Figura 2).



GEOGRAFIA - 6° ANO

Unidades Temáticas	Objetos de Conhecimento	Habilidades	Ações Didáticas
O sujeito e seu lugar no mundo	Introdução a Geografia	(MS.EF06GE00.n.01) Conhecer a importância da ciência geográfica a partir dos conceitos (espaço, lugar, paisagem, região, território)	Propõe-se que o estudante possa entender a geografia considerando seu contexto histórico e social, como sujeito ativo e transformador da sociedade. Recomenda-se, ainda, estabelecer uma relação entre o espaço geográfico e seu lugar no mundo, partindo da microescala para a macroescala (local/global), entendendo a relação entre os sujeitos e a paisagem.

Figura 2: Exemplo do formato apresentado pelo Currículo Referência de Mato Grosso do Sul
Fonte: MATO GROSSO DO SUL (2019, p. 661).

Na figura 3 é possível observar o formato apresentado no Referencial Curricular da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, o qual difere-se um pouco em relação ao apresentado na figura 2. Neste caso, apresentava o mesmo conteúdo (objeto de conhecimento na BNCC) a partir de itens, com competências/habilidades definidas. Tal organização era apresentada por bimestre, diferentemente do formato do Currículo de Referência atual.

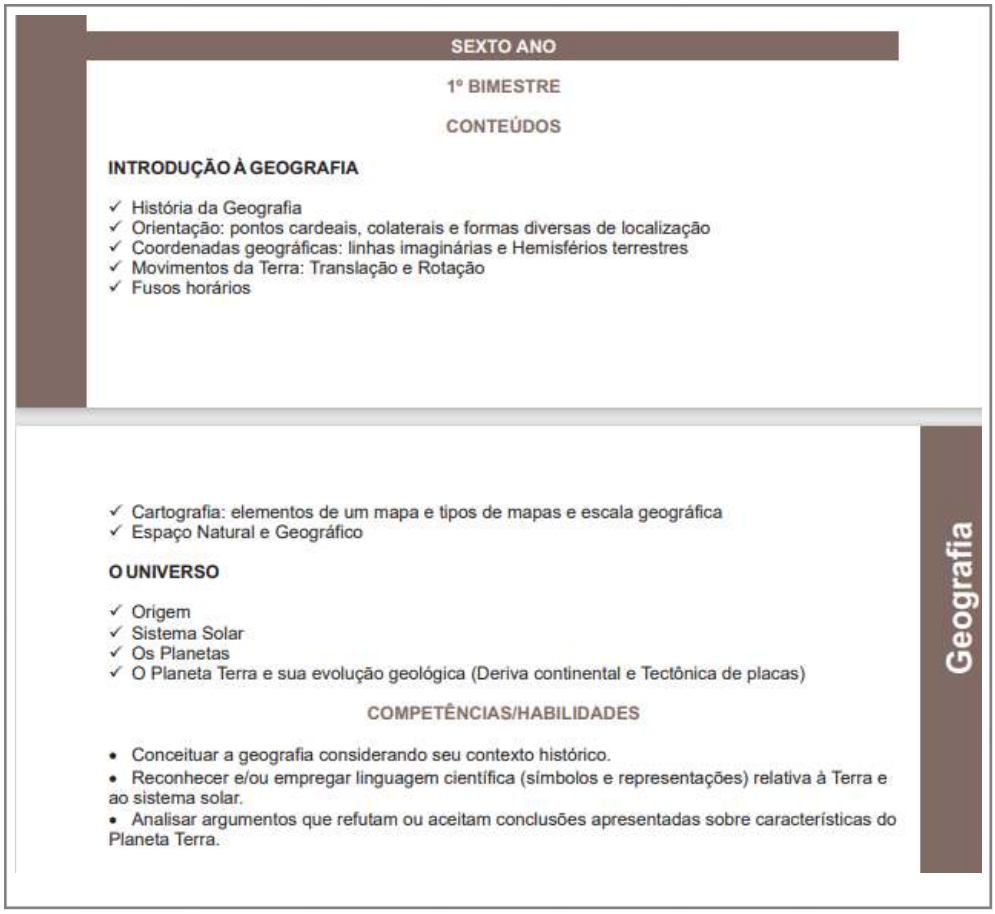


Figura 3: Exemplo do formato apresentado pelo Referencial Curricular da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul
Fonte: MATO GROSSO DO SUL (2012, p. 335-336).

Seguindo a mesma linha de conceituação geral, apresentando pontos que destacam o componente curricular de geografia, o Currículo Referência de MS considera que:

> O ensino da Geografia deve garantir que o estudante compreenda melhor o mundo em que vive tornando-o um agente de transformação social, um protagonista diante do mundo que o cerca. Sendo assim, os conteúdos precisam ser abordados de forma contextualizada, ou seja, além de relacioná-los à realidade vivida do estudante, é preciso situá-los no contexto histórico, nas relações políticas, sociais, econômicas, culturais e em manifestações espaciais concretas, utilizando diversas escalas geográficas (MATO GROSSO DO SUL, 2019, p. 642).

Os princípios geográficos apresentados pela BNCC são: analogia, comparação, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem. As construções do conhecimento geográfico serão desenvolvidas a partir da apresentação ao aluno na forma de pensar, na capacidade de compreender, por exemplo, com imagem o que se está vendo, com questionamentos como: O que há por trás dessa imagem que possibilita

pensar e compreender a sua localidade, as suas relações de espaços históricos e modificações cotidianas? Sendo assim, o raciocínio geográfico é um processo desenvolvido pelo professor, que possibilita ao aluno participar de forma dinâmica das relações da natureza, em um determinado contexto local ou global, com a humanidade na sociedade em que está inserido, conforme afirma Luz Neto (2019).

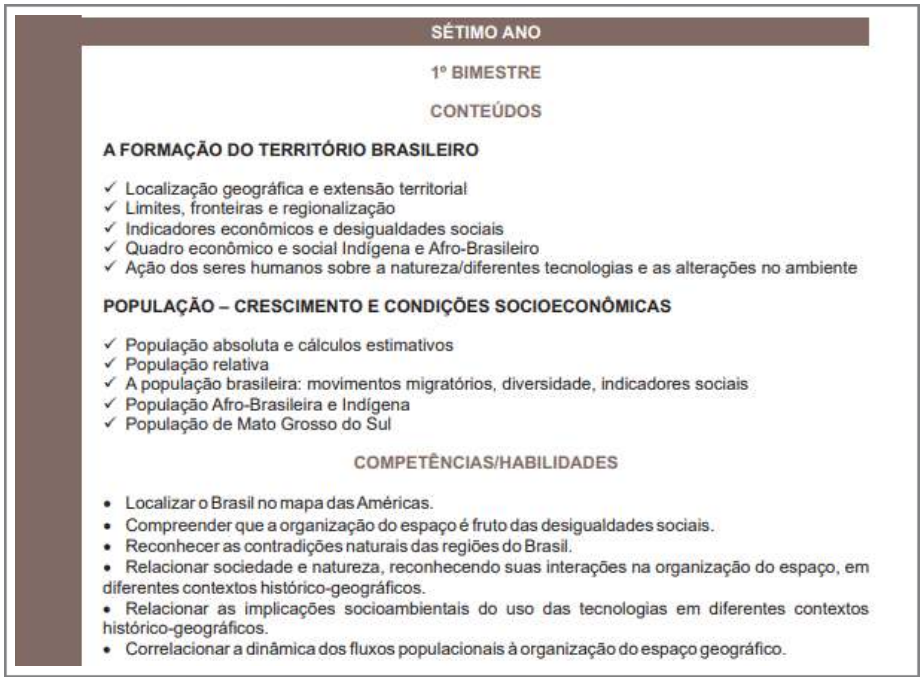
> O raciocínio geográfico é um processo cognitivo que pode ser desenvolvido pelo professor de Geografia quando este se utilizar de estratégias pedagógicas que possibilite o aluno a ter um papel ativo na construção de significados, ancorando-se nos fundamentos teórico-metodológicos da ciência geográfica. Nesse sentido, o docente, na sua prática educativa, deve se apropriar e mobilizar os conceitos da Geografia (espaço, território, paisagem) e os princípios lógicos (localização, delimitação, escala, arranjo, delimitação, rede, conexão, arranjo) (LUZ NETO, 2019, p. 1551).

Ainda de acordo com Luz Neto (2019, p. 1551), "a Geografia Escolar, enquanto um dos componentes curriculares, tem papel de instrumentalizar os alunos tanto a compreenderem, quanto atuarem diante das novas dinâmicas, nas práticas espaciais cotidianas por meio do desenvolvimento do raciocínio geográfico".

Roque Ascenção (2020) faz uma análise comparativa sobre a existência da discussão sobre raciocínio geográfico antes da BNCC e conclui que a mesma não existia.

> A Base diz claramente sobre o Raciocínio Geográfico. Essa ideia praticamente não existia quando os PCNs foram produzidos. Alguns autores poderão argumentar que já traziam em seus textos a nomenclatura "raciocínio espacial". Mas, ao final da década de 1990 esse termo não passava de uma fala pouco consistente. Uma ideia! Sem desenvolvimento teórico sólido. Portanto, sua ausência nos PCNs é absolutamente compreensível e, acredito, mesmo que lá estivesse escrito seria apenas uma nomenclatura a mais, sem sentido efetivo para o ensino de Geografia. Falava-se no documento de 1997 no desenvolvimento de raciocínios no ensino de Geografia. Impreciso e de pouco ou nenhum significado para a produção desta disciplina escolar. (ROQUE ASCENÇÃO, 2020, p. 190).

Ao comparar com o antigo Referencial Curricular, percebe-se que o mesmo não apresentava de forma explícita a incorporação de fatores regionais em todos os anos escolares, ou seja, no sexto ano nenhum aspecto era mencionado como no Currículo Referência atual. De forma pontual, aparecem como conteúdo no sétimo ano: "População Afro-Brasileira e Indígena; População de Mato Grosso do Sul", como se observa na figura 4.



SÉTIMO ANO

1º BIMESTRE

CONTEÚDOS

A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

- ✓ Localização geográfica e extensão territorial
- ✓ Limites, fronteiras e regionalização
- ✓ Indicadores econômicos e desigualdades sociais
- ✓ Quadro econômico e social Indígena e Afro-Brasileiro
- ✓ Ação dos seres humanos sobre a natureza/diferentes tecnologias e as alterações no ambiente

POPULAÇÃO – CRESCIMENTO E CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS

- ✓ População absoluta e cálculos estimativos
- ✓ População relativa
- ✓ A população brasileira: movimentos migratórios, diversidade, indicadores sociais
- ✓ População Afro-Brasileira e Indígena
- ✓ População de Mato Grosso do Sul

COMPETÊNCIAS/HABILIDADES

- Localizar o Brasil no mapa das Américas.
- Compreender que a organização do espaço é fruto das desigualdades sociais.
- Reconhecer as contradições naturais das regiões do Brasil.
- Relacionar sociedade e natureza, reconhecendo suas interações na organização do espaço, em diferentes contextos histórico-geográficos.
- Relacionar as implicações socioambientais do uso das tecnologias em diferentes contextos histórico-geográficos.
- Correlacionar a dinâmica dos fluxos populacionais à organização do espaço geográfico.

Figura 4: A incorporação de fatores regionais no Currículo referência de MS
Fonte: MATO GROSSO DO SUL (2012, p. 337).

Já no Currículo Referência de MS, conforme preconizado pela BNCC, a incorporação de fatores regionais nos currículos, foi observada nos itens "povos indígenas", além da inserção de um tema contemporâneo chamado "Educação Ambiental" e o trabalho interdisciplinar com a disciplina de História (Figura 5).

GEOGRAFIA - 6° ANO

Unidades Temáticas	Objetos de Conhecimento	Habilidades	Ações Didáticas
			Nesta habilidade é possível propor metodologias para desenvolver as competências cognitivas e socioemocionais de autoria, investigação e inovação. Pode-se, também, contemplar o Tema Contemporâneo Educação Ambiental.
O sujeito e seu lugar no mundo	Identidade sociocultural	(MS.EF06GE01.s.02) Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos.	Para possibilitar o trabalho com esta habilidade, sugere-se utilizar uma sequência didática com a ferramenta do *Google Earth* ou fotografias e/ou pesquisa de campo para demostrar as mudanças que ocorrem na paisagem. Deve-se indicar quais são os agentes transformadores naturais e antrópicos da paisagem. Propõe-se o uso de metodologias para desenvolver as competências cognitivas e socioemocionais de estabelecer conexões, trabalho em equipe e compreender e analisar. Pode-se, também, contemplar o Tema Contemporâneo Educação Ambiental.
O sujeito e seu lugar no mundo	Identidade sociocultural	(MS.EF06GE00.n.03) Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários do Mato Grosso do Sul.	Esta habilidade tem relação direta com a (MS.EF06GE01.s.02). Pretende-se que os estudantes possam conhecer os diferentes povos indígenas e quilombolas, e analisar suas contribuições na cultura e história de Mato Grosso do Sul. Para analisar as modificações das paisagens Sul-Mato-Grossenses, o professor pode partir de questionamentos: Como era a sua região antes da colonização? Quem foram os primeiros habitantes e como ocorreu a mudança da paisagem? Qual a situação desses povos no Estado nos dias atuais? Propõe-se o uso de metodologias para desenvolver as competências cognitivas e socioemocionais de pertencimento, de valorização da diferença, de aceitação do outro e de autoria. Podem-se, também, contemplar os Temas Contemporâneos Educação Ambiental e Cultura sul-mato-grossense e Diversidade Cultural. Esta habilidade pode ser trabalhada de forma interdisciplinar com a habilidade (MS.EF06HI05.s.05), da História.

Figura 5: A incorporação de fatores regionais no Currículo referência de MS
Fonte: MATO GROSSO DO SUL (2019, p. 662).

Assim, no 6º ano do ensino fundamental, há uma unidade temática com o nome "O sujeito e seu lugar no mundo", com os "Objetos de Conhecimento" a Identidade Cultural, mostrando que as "competências" envolvidas nesse tema são 1. Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos; e 2. analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários (BRASIL, 2017).

O Currículo traz a explanação de um conhecimento ligado ao pertencimento, de reconhecimento como parte integrante de uma região, de uma cultura, de uma escola diversa, levantando questões de territorialidade e de história cultural muito importantes

para, a partir de conhecer o seu espaço de convivência, conhecer outros lugares, outras culturas e outros espaços geográficos.

Outro ponto levantado no documento da BNCC e citado no Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, é a leitura de mundo.

O novo referencial curricular traz, desde sua estrutura, questões ligadas a alterações que buscam contextualizar os objetos de conhecimento com as habilidades e sugere ações didáticas para que sejam desenvolvidas interligadas, quando possível, com temas contemporâneos. Serão apresentadas, a seguir, algumas análises do novo documento das turmas do 6º ao 9º ano, identificando variações do antigo referencial, modificações e inconformidades para serem ajustadas.

Nesse interesse, mostra-se que o primeiro ponto levantado de alteração é a não divisão dos objetos de conhecimento por bimestres, deixando em aberto para cada professor a escolha de onde começar e terminar determinado assunto com a turma. A autonomia dessa divisão pode atrapalhar a organização do fazer pedagógico, deixando cada escola e/ou professor definir essa questão individualmente, acarretando temas a não serem apresentados aos estudantes, no final da conclusão da série, ou a presença de um novo aluno não ter estudado determinado conteúdo em escola anterior.

O que antes era apresentado para ao aluno de forma individual, sequencial, mas desconectada, agora estabelece conexões, podendo-se citar, por exemplo, situação em turma do 6º ano com a apresentação dos conceitos geográficos para a introdução da Geografia, assim como com a apresentação das conexões de escalas locais e globais, antes trazidas uma a uma separadamente.

O segundo ponto a ser observado são as unidades temáticas, que foram criadas com a proposta de contextualizar e trazer mecanismos de ligação entre o assunto desenvolvido na sala de aula e os conceitos gerais sobre eles, ou seja, trazer as experiências vivenciadas - sejam elas local, regional ou global – mostrando que há, de fato, articulações com a realidade fora do espaço escolar e não apenas meramente um conhecimento adquirido. Assim, informa-se que:

> [...] quando se fala em Geografia, é indispensável dizer que ela ocupa, no Currículo escolar, um lugar singular na gênese da cidadania crítica e participativa e no auxílio aos estudantes a ponderar a realidade e o agir do ponto de vista da espacialidade. Eles [os alunos] devem se apropriar dos conceitos geográficos como caminho necessário para desenvolver competências do pensamento e para amparar na contextualização espacial dos fenômenos, processos e estruturas, do conhecimento do mundo onde vivem. Ainda de acordo com a mesma autora, essa dimensão espacial dos fenômenos é cada vez mais apreciada pela ciência geográfica, em vista da complexidade que o mundo atual se encontra (PINHEIRO; LOPES, 2017, p. 6)

Sendo assim, as unidades temáticas são organizadas com os objetos de conhecimento e com as habilidades propostas para cada série/ano escolar do ensino fundamental. Dessa forma, elas são divididas em: 1. O sujeito e seu lugar no mundo, focalizando-se as noções de pertencimento e identidade; 2. Conexões e escalas, com atenção na articulação de diferentes espaços e escalas de análise, possibilitando que os alunos compreendam as relações existentes entre fatos nos níveis local e global; 3. Mundo do trabalho, que, no ensino fundamental, ganha relevância, pois se incorpora o processo de produção do espaço agrário e industrial em sua relação entre campo e cidade, destacando-se as alterações provocadas pelas novas tecnologias no setor produtivo, fator desencadeador de mudanças substanciais nas relações de trabalho, na geração de emprego e na distribuição de renda em diferentes escalas; 4. Formas de representação e pensamento espacial, além da ampliação gradativa da concepção do que é um mapa e de outras formas de representação gráfica, reunindo-se aprendizagens que envolvem o raciocínio geográfico; e 5. Natureza, ambientes e qualidade de vida, buscando-se a unidade da Geografia, articulando Geografia Física e Geografia Humana, com destaque para a discussão dos processos físico-naturais do planeta Terra.

De forma resumida o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul traz em seu componente curricular que:

No 6º ano, não se observam grandes alterações quanto à sequência, à adição ou à retirada dos antigos conteúdos; além da Geografia e seu objeto de estudo, traz componentes físico-naturais, como biodiversidade, hidrografia, relevo, entre outros, assim como a participação humana no processo de modificação dos diferentes espaços geográficos vividos; e

No 7º ano, observa-se a relação entre algumas unidades temáticas, apresentando, em diferentes contextos, o mesmo objeto de conhecimento, como, por exemplo, a formação do território brasileiro, aparecendo em quatro objetos de conhecimentos ligados às habilidades de localização, regionalização, concepções ideológicas, desenvolvimento econômico, tais como, as de reconhecimento dos territórios de populações indígenas e quilombolas - a esse ano compete a apresentação do Brasil, desde suas divisões até aspectos socioeconômicos, populacionais e naturais.

No 8º ano, nota-se que a proposta traz os objetos de conhecimentos e as habilidades mais abertos, contemplando mais de um continente ao mesmo tempo e não como era antes, sendo desenvolvida atendendo mais de uma continente. Por exemplo: apresenta como unidade temática as conexões escalas; os objetos de conhecimento são as corporações e os organismos internacionais e nacionais na ordem econômica

mundial; e a habilidade que contempla é aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões na contemporaneidade, com destaque para as situações geopolíticas na América e na África e suas múltiplas regionalizações a partir do pós-guerra. Para esse ano são desenvolvidos assuntos relacionados aos continentes Americano e Africano, assim como conceitos sobre populações e organizações econômicas, aspectos naturais e físicos, trazendo vinte e cinco habilidades a serem desenvolvidas durante o ano; e

No 9º ano, mostra-se uma configuração muito semelhante, em alguns pontos, à formação apresentada pelo 8º ano e integra, em uma mesma habilidade, dois e até três continentes para serem desenvolvidos de uma só vez. Uma das habilidades pedidas corresponde a analisar os componentes físico-naturais da Eurasia e os determinantes histórico-geográficos de sua divisão em Europa e Ásia. Assim, são propostas habilidades que contemplam o estudo dos continentes Europa, Ásia e Oceania, as diversas regionalizações pelo mundo (Ocidente e Oriente) e questões relacionadas ao poder de países europeus.

O Currículo de Mato Grosso do Sul, com as orientações da BNCC, recomenda, além das ações didáticas que norteiam o fazer pedagógico das aulas, a inserção dos temas contemporâneos e das habilidades de outras áreas de conhecimento que possuam relação com o tema em discussão para se trabalhar de forma interdisciplinar.

Percepções dos gestores e dos coordenadores sobre o cenário atual e futuro das escolas estaduais da cidade de Aquidauana/MS na reestruturação de atendimento ao aluno após as alterações exigidas pela BNCC

A escola é uma instituição com fundamental importância para a garantia da aprendizagem do aluno, pois o capacita para o pleno desenvolvimento de suas habilidades e competências, para sua convivência e transformação na sociedade e para atribuições dos conteúdos ministrados nas salas de aula. A gestão escolar possui o papel fundamental de fazer as interligações na escola e suas funções perpassam pelas orientações aos professores e acompanhamentos das aprendizagens necessárias. Assim:

> Com o advento da nova Base Nacional Comum Curricular, pensar em gestão escolar e em gestão da sala de aula quanto a seus aspectos pedagógicos se mostra uma questão relevante, sobretudo ao enfatizá-las como elementos que podem direcionar a escola às dinâmicas intrínsecas aos processos de ensino e aprendizagem. As relações estabelecidas em sala de aula, a organização do

> espaço da sala e os planejamentos realizados pelo docente são questões interligadas aos processos da gestão escolar e importantes fatores para que as aprendizagens se concretizem (RIBEIRO, 2020, p. 143).

Nesse contexto, a partir da análise das respostas dos gestores participantes da pesquisa, foi possível trazer para a discussão a percepção deles no sentido de entender os desafios e perspectivas da implementação dos documentos norteadores do ensino atual. Dessa forma, percebe-se que:

> [...] o gestor não se articula apenas com as questões financeiras, administrativas e burocráticas. Este personagem além de se identificar dessa forma, é visto pelos demais profissionais da educação como aquele responsável também pelas dimensões pedagógicas de relações humanas construídas e, dinamicamente, manifestadas nas mais diversas possibilidades de um contexto escolar. (SOUZA; RIBEIRO, 2017, p. 108-109)

No que se refere a forma de orientação e capacitações aos funcionários sobre a implantação da BNCC nos anos de 2019 e 2020, as respostas foram muito similares, dos 16 entrevistados, 11 declaram que aconteceram por meio de formações presenciais (antes da pandemia, 2019) e remotamente (durante a pandemia – 2020); as palavras "reuniões e encontros aparecem entre as respostas também, onde a frase do comentário de um dos entrevistados resume bem o posicionamento dos gestores: "Através de Grupo de Estudos, Formações e Capacitações organizados e desenvolvidos pela Coordenação, Direção e Técnicos da CRE 1". Deve ser observado que, durante o ano vigente, os encontros ocorreram utilizando o *Google Meet* e *Lives* abertas disponíveis para acompanhamento pelo *Facebook* e pelo *Youtube*.

Sobre a alteração que mais chama a atenção em relação a BNCC, das 16 respostas, sete (7) não citam as alterações e sim problemas relacionados a BNCC, como por exemplo "sufocados com tanta informação"; "o número de aulas que diminuíram"; preocupação e confusão quanto aos novos componentes curriculares e dificuldades na implementação das mudanças.

Quatro gestores citaram as Competências e Habilidades como alteração principal, três citaram a relação com a educação integral e dois citam o currículo. Os relatos vão de encontro com as alterações propostas pela BNCC, que trazem as aprendizagens essenciais ligadas ao desenvolvimento das competências e habilidades com atendimento do aluno de forma integral, com vigência a uma estrutura curriculares nova que deve estar disposto nas escolas em todo o território nacional.

Compete aqui apresentar uma citação que sugestiona formações continuadas visando a um atendimento integral ao aluno:

> Com a intenção de tornar a aprendizagem mais dinâmica e atrativa, a formação continuada pretende conferir aos professores autonomia na construção de seus próprios conhecimentos, de modo que todos os envolvidos tenham lugar de destaque. Entende-se, assim, ser necessário ampliar esse processo para além dos professores, contemplando gestores escolares, coordenadores pedagógicos e servidores administrativos a fim de, em conformidade com a educação integral, sensibilizar os profissionais da educação para identificar as reais necessidades das crianças, dos adolescentes e dos jovens, bem como da comunidade escolar (MATO GROSSO DO SUL, 2019, p. 59).

Na seção intitulada “O Novo Currículo" que trata do questionário voltado ao novo Currículo de Mato Grosso do Sul, observou- se na pergunta relacionada a forma que ocorreu as formações e capacitações ocorreram basicamente semelhante à formação da implantação da BNCC.

No entanto, alguns gestores colocaram pontos individuais interessantes relacionados à forma da capacitação, mostrando que a escola organizou alguns encontros para a discussão da temática por área de conhecimento. Outros pontos citam o papel da coordenadoria fazendo as capacitações com os coordenadores que foram os multiplicadores nas escolas e a participação como escola piloto 2018-2019, devido às variedades de etapas e de modalidades de ensino.

Um ponto que foi levantado e que deve ser pesquisado mais profundamente em outra oportunidade é a participação das universidades no direcionamento das licenciaturas voltadas a propostas pedagógicas, norteando o que diz a BNCC e o Currículo reestruturado.

Na questão que trata do primeiro ano de implantação da BNCC e do novo currículo os desafios citados, nove deles citam a pandemia da Covid-19; três citam o entendimento das novas propostas que se seguem com as competências e habilidades; dois citam colocar as novas alterações em prática; um cita a formação integral do aluno e um cita a interdisciplinaridade.

A educação brasileira perpassa por momentos que devem ser estudados e analisados com muita atenção para que não se tornem problemas muito maiores e reflitam na sociedade como um todo. Com o aparecimento da Covid-19, as questões que envolvem o ambiente escolar tornaram-se maiores ainda, que vão das relações escola/aluno/família até as orientações para que as escolas não parecem de funcionar e continuassem a atender os alunos de forma aceitável. A relação da Covid-19 com o ambiente escolar apenas agravou pontos vivenciados na realidade das escolas públicas brasileiras e seus efeitos serão sentidos.

O ano de 2020 trouxe, juntamente com a pandemia, o desafio da escola, dos gestores educacionais e do professor em reaprender a partir do cenário que se apresentou. As formações e as capacitações, assim como outras formas de atingir resultados positivos na aprendizagem do estudante, deverão ser contínuas e permanentes, moldando novas orientações da BNCC, do novo Currículo e das novas formas de ensinar, como mencionado a seguir pelos professores.

Percepções dos professores de Geografia da Rede Estadual de Ensino de Aquidauana/MS sobre a BNCC, Currículo Estadual e pandemia de Covid-19

Sobre o perfil dos professores participantes da pesquisa, todos são licenciados em geografia, três com mestrado em Geografia e todos têm entre cinco e vinte anos de experiência em sala de aula.

Dessa forma, transformar a teoria em prática, será um desafio maior ainda. Saíram de cena os conteúdos e objetivos e entram as aprendizagens essenciais direcionadas com as competências e habilidades e objetos de conhecimento.

O primeiro questionamento feito aos professores de geografia trata da aplicação da BNCC no Ensino Fundamental, citando-se pontos positivos e negativos. As respostas positivas mostram a BNCC como um documento nacional que atende de forma igualitária a todos, unificando os objetos de conhecimento, habilidades e competências essenciais a serem desenvolvidas durante a educação básica. Encontrando maneiras de trabalhar a realidade do aluno, cita-se o desenvolvimento da atividade de forma mais lúdica, utilizando suas experiências em projetos.

Entre os pontos negativos, mencionam-se a falta de aulas presenciais, o fato de a BNCC não considerar pontos comuns nas cidades e suas características; a escolha dos conteúdos que precisam respeitar as diversidades regionais, observando nesse ponto a desigualdade muito grande nos níveis de ensino municipal, estadual e nacional; e, como problema principal, a importância dada à disciplina de Geografia, que foi disponibilizada nas escolas com duas horas-aulas semanais, tempo muito curto para realizar um ensino/aprendizagem completo (frisa-se aqui que apenas uma das escolas possui uma carga horária maior, devido ao atendimento ao aluno em tempo integral com quatro horas-aulas semanais).

Quando questionados sobre as principais diferenças apresentadas pelo Currículo do Mato Grosso do Sul, três das respostas citam as alterações relacionadas ao antigo

conteúdo, a adição das competências e habilidades, sendo exemplificadas em algumas respostas: "Notei que no Currículo existem conceitos e habilidades mais abrangentes, deixando as formas de abordagens mais amplas" (Professor A); "As principais diferenças apresentadas no Currículo é que o professor não irá trabalhar conteúdo e sim das habilidades e competências de cada faixa etária. E o conteúdo está intrínseco nas habilidades e competências" (Professor B); e "Em Geografia, muitos conteúdos que faziam parte e uma série/ano, passaram a fazer parte de outra, dificultando ainda mais a conciliação conteúdo/série/ano/livro didático"(Professor C). Percebe-se a identificação das habilidades como principal destaque a ser apontado, considerando que:

> Os conteúdos de Geografia, na Educação básica, devem ser analisados no contexto vivido pela criança, ou seja, na cidade onde ela mora, nos bairros onde tem relações familiares, nas cidades próximas. A eles são incorporados: a leitura cultural, a interpretação socioespacial, a análise da produção e da reprodução dos modos de vida e a compreensão ambiental com perspectivas à formação para a cidadania. (BORBA; RABELO; ALMEIDA, 2018, p. 554)

Referente à forma de planejar suas aulas, a maioria não viu dificuldade (cinco no total), percebendo-se que, de fato, está havendo uma adaptação à nova reestruturação do Currículo, apresentado aqui por possibilidades variadas, sendo citada a utilização dos temas contemporâneos, enquanto três sentiram falta dos conteúdos nos livros didáticos, assim como informaram a não disponibilização de recursos pedagógicos e tecnológicos.

Na pergunta que questionava as dificuldades em acompanhamento das atividades remotas, as respostas estavam relacionadas a situações de desenvolver e acompanhar as aulas, a falta do contato físico recebe destaque no resultado apresentado, seguido pela falta de acesso à tecnologia, com ênfase a problemas relativos à internet dos alunos, assim como a delimitação do assunto deixando de desenvolver e realizar as atividades.

A pergunta final vem de encontro a visão do professor frente a provocação de uma geografia atuante e contextualizada, sendo assim o questionamento incita: "No atual cenário mundial e brasileiro, a Geografia apresenta importante contribuição, tanto nas questões ambientais quanto nos aspectos físicos e humanos". Você discute com seus alunos essas contribuições da Geografia para a sociedade? De que forma, acredita que ela possa fazer a diferença no ambiente escolar, considerando a forma como está organizada na BNCC e currículo estadual?

O questionamento quanto às formas de discussões sobre a importância da Geografia e a forma que está disposta na BNCC e no Currículo evidenciam, pelas respostas dos professores, que a formação de um aluno crítico e capaz de interagir com

questões relacionadas ao seu meio de convivência, sendo ela abrangente a ponto de ser desenvolvida interdisciplinarmente, precisa ser trabalhada de forma mais ampla, abordando questões atuais ligadas à sua realidade, a fim de tornar cada estudante um agente do seu próprio aprendizado.

Portanto, a disciplina de Geografia é fator determinante na atualidade, atribuindo sentido às alterações ocorridas em diferentes contextos espaciais, assim como críticos e participativos, com um olhar geográfico nas transformações humanas ocorridas numa perspectiva multiescalar fazendo uso da natureza.

Considerações finais

Após o desenvolvimento da pesquisa, que partiu da análise documental e da percepção dos professores e gestores sobre o processo de implantação da BNCC na disciplina de Geografia nos anos finais do ensino fundamental da rede estadual do Município de Aquidauana/MS, foi possível ter algumas constatações.

No que se refere às similaridades entre a BNCC e o Currículo Referência de Geografia do MS, verificou-se que as alterações são grandiosas e somente a longo prazo poderá ser feita uma análise mais completa para verificação do sucesso ou retrocesso do ensino no Brasil.

Em relação aos entraves enfrentados pelos profissionais da educação que dificultaram a implantação da BNCC nas escolas pesquisadas, observou-se que algumas ações deverão ser feitas no sentido de melhor capacitar o professor, visando ao atendimento integral do aluno, voltadas para as áreas de conhecimento. Capacitações essas, que vão desde a apresentação de metodologias que se relacionem com as habilidades e competências socioemocionais até formações por áreas de conhecimento em parcerias com instituições de ensino superior.

Outro problema identificado foi o aparecimento e à expansão da pandemia da Covid-19 que acabou interferindo no processo de ensino-aprendizagem, nas práticas pedagógicas. Além disso, variáveis como condições socioeconômicas também afetaram a qualidade de ensino, devido aos atendimentos aos alunos de forma remota que evidenciou problemas não tão atuais assim, como a defasagem nos recursos tecnológicos, as formações voltadas a utilização de diferentes mídias tecnológicas, plataformas considerando que muitos deles não possuem nenhum acesso ou recurso para a realização das atividades.

Em relação às principais alterações no Currículo do Mato Grosso do Sul, foram mencionadas as relacionadas ao antigo conteúdo e a adição das competências e habilidades, preconizadas na BNCC.

Entretanto, conclusões exatas ainda não podem ser retiradas, levando em consideração a continuidade do desenvolvimento dos trabalhos de toda a equipe escolar e das alterações impostas pela BNCC, que pressupõe mudança na forma de planejar, executar e avaliar, utilizando competências e habilidades.

Com isso, espera-se que o tema apresentado traga subsídios para pesquisas futuras no tocante ao melhor acompanhamento e avaliação no âmbito educacional, tendo em vista a aplicação da BNCC e da reestruturação dos referenciais curriculares de cada estado brasileiro, em especial de Mato Grosso do Sul, foco do trabalho. Atrelado a isso, não se pode descartar o fato da ocorrência da pandemia de COVID-19 concomitantemente ao processo de implementação da BNCC e do novo Currículo, verificando assim, os impactos no sistema de ensino.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Márcia Angela da S. Relato da resistência à instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação mediante pedido de vista e declarações de votos. In: AGUIAR, Márcia Angela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024:** avaliação e perspectivas. [Livro eletrônico]. Recife: Anpae, 2018, p. 8-22.

BORBA, Odiones de Fátima; RABELO, Kamila Santos de Paula; ALMEIDA, Mirley Rocha. Políticas públicas para o currículo: as incertezas quanto ao ensino de geografia na educação básica a partir da BNCC. In: **Anais** do IX FÓRUM NACIONAL NEPEG. Caldas Novas, 2018. Disponível em: http://nepeg.com/newnepeg/wp-content/uploads/2017/02/GT4_07_Pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-para-o-curr%C3%ADculo_-as-incertezas-quanto-ao-ensino-de-Geografia-na-educa%C3%A7%C3%A3o-b%C3%A1sica-a-partir-da-BNCC.pdf. Acesso em 20 set. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF:Senado Federal.1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 12 mar. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Versão definitiva. Brasília: MEC. Educação é a base. Base Nacional Comum Curricular.2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 22 set. de 2019.

BRASIL. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622. Acesso em: 24 jul. 2021.

CALLAI, Helena Copetti. O conhecimento geográfico e a formação do professor de Geografia. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, p. 1-20, 2011.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Propostas curriculares de Geografia no ensino: algumas referências de análise. **Terra Livre**, n. 14, p. 125-145, 1999.

DAROS JUNIOR, Armando. A presença da OCDE no Brasil no contexto da avaliação Educacional. **Jornal de Políticas Educacionais,** v. 7, n. 13, p. 13-20, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de pesquisa**, v. 46, p. 38-62, 2016.

LUZ NETO, Daniel Rodrigues Silva. O desenvolvimento do raciocínio geográfico na mediação pedagógica do professor de geografia. In: **Anais** 1do4º ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA: POLÍTICAS, LINGUAGENS E TRAJETÓRIAS. UNICAMP: Campinas. **Anais...**2019. Disponível em: https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/299. Acesso em 27 jul. 2022.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Referencial Curricular da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul:** Ensino Fundamental. Campo Grande: SED, 2012. 361p.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Currículo de referência de Mato Grosso do Sul:** Educação hfantil e Ensino Fundamental**.** Org.: Hélio Queiroz Daher; Kalícia de Brito França; Manuelina Martins da Silva Arantes Cabral. Campo Grande: SED, 2019. 863p.

MUSTAFÉ, Diego Nascimento. **O ensino de Geografia na BNCC do Ensino Fundamental (anos Iniciais e anos Finais):** a escala geográfica e o conceito de lugar com vistas à formação cidadã do aluno. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

PIRES, Daniela de Oliveira; COMERLATTO, Luciani Paz; CAETANO, Maria Raquel. O neoconservadorismo e as consequências para a democratização da educação pública: A reforma do Ensino Médio e da BNCC. **Políticas Educativas–PolEd**, v. 12, n. 2, 2019.

PINHEIRO, Isadora; LOPES, Claudivan Sanches. Reflexões sobre a Geografia na BaseNacional Comum Curricular (BNCC). In: **Anais** do X EPCC - ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA. UNICESUMAR: Maringá. 2017. Disponível em: http://rdu.unicesumar.edu.br/handle/123456789/1523. Acesso em 15 abr. 2020.

RIBEIRO, Marli Dias. A gestão escolar e a gestão da sala de au p.la: desafios e possibilidades a partir da BNCC. **Revista de Educação ANEC**, v. 48, n. 161, p. 142-157, 2020.

ROQUE ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira. A base nacional comum curricular e a produção de práticas pedagógicas para a geografia escolar: desdobramentos na formação docente. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, 10(19), 173–197, 2020. Disponível em: https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/915. Acesso em: 27 jul. 2022.

SOUZA, Lânia Daniela Marta; RIBEIRO, Marcelo Silva de Souza. O Perfil do Gestor Escolar Contemporâneo: das permanências as incorporações para exercício da função. **Revista Espaço do Currículo,** v. 10, n. 1, p. 106-122, 2017.

VIANNA, Carlos Eduardo Souza. Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira. **Janus**, v. 3, n. 4, p. 129-138, 2006.

Recebido em 27 de agosto de 2021.

Aceito para publicação em 21 de setembro de 2022.